

AGRICULTURA URBANA: NOTAS SOBRE UMA HORTA URBANA COMUNITÁRIA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

**URBAN AGRICULTURE: NOTES ON AN URBAN COMMUNITY
GARDEN IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP**

AGRICULTURA URBANA: NOTAS SOBRE UMA HORTA URBANA COMUNITÁRIA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

URBAN AGRICULTURE: NOTES ON AN URBAN COMMUNITY GARDEN IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

Nikolas Stefano Bruni¹ • Adriane Aparecida Moreira de Souza²
Mário Valério Filho³

Data de recebimento: 15/10/2024

Data de aceite: 06/11/2024

¹ Possui graduação em Geografia pela Universidade do Vale do Paraíba e graduação em Administração - ETEP Faculdades. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração de Empresas. Mestrado em Planejamento Urbano e Regional.

E-mail: nikolasguitarplayer@gmail.com

³ Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e doutorado em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor titular da Universidade do Vale do Paraíba.

E-mail: mvalerio@univap.br

² Possui graduação em Geografia pela Universidade do Vale do Paraíba; mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba e Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atua na Universidade do Vale do Paraíba como docente da Graduação e docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

E-mail: adriane@univap.br

RESUMO

Na conjuntura do Brasil atual, que vem constantemente sofrendo crises cada vez mais frequentes das ações dos agentes do capital sobre a sociedade, observam-se ações no desenvolvimento do modelo de agricultura urbana. Em São José dos Campos, município localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) no estado de São Paulo, a agricultura urbana vem se expressando por meio da criação de hortas urbanas comunitárias. Em geral esses espaços são criados a partir de forças políticas oriundas de grupos de moradores que se organizam – para reivindicar o uso de terrenos que não cumprem uma função social –, em busca do uso reconhecido formalmente pela prefeitura. Neste sentido, a partir de uma breve discussão teórica acerca da agricultura urbana, este artigo se dedica a realizar uma breve caracterização do município de São José dos Campos no contexto da RMVPLN e o processo de criação de uma horta urbana comunitária trazendo alguns elementos sobre a sua implantação e desenvolvimento.

Palavras-chave: Agricultura Urbana. Hortas Urbanas Comunitárias. Comunidades Locais.

ABSTRACT

In Brazil's current situation, which has been constantly suffering increasingly frequent crises from the actions of capital agents on society, actions can be observed in the development of urban agriculture. In São José dos Campos, a municipality located in the Metropolitan Region of Vale do Paraíba and North Coast (RMVPLN) in the state of São Paulo, urban agriculture has been expressed through the creation of urban community gardens. In general, these spaces are created by political forces arising from neighborhood groups who organize themselves to claim land that does not fulfill a social function in search of a use formally recognized by the city hall. In this sense, based on a brief theoretical discussion about urban agriculture, this article is dedicated to carrying out a brief characterization of the municipality of São José dos Campos in the context of the RMVPLN and the process of creating a community urban garden, bringing some elements about the its implementation and development.

Keywords: Urban Agriculture. Urban Community Vegetable Gardens. Local Communities.

INTRODUÇÃO

O atual período que descreve a Agricultura Urbana (AU) remete a uma proposta de preservação ambiental surgida entre as décadas de 1980 e 1990, representando uma tentativa de conciliação do modelo do capital neoliberal com o surgimento da globalização em um projeto de redução de emissões de gases poluentes e desmatamento em larga escala. Segundo Santos (2020),

Num mundo globalizado, regiões e cidades são chamadas a competir e, diante das regras atuais da produção e dos imperativos atuais do consumo, a competitividade se torna também regra de convivência entre as pessoas (SANTOS, 2020, p.18).

No Brasil, o processo de modernização do campo ocasionou o aumento em extensão e a eficiência produtiva das áreas agrícolas, sendo a soja, um dos principais exemplos da participação na economia nacional do segmento agroexportador. Por outro lado, exemplos de mudança social mostraram significativa perda de qualidade de vida dos camponeses. A estratificação, o uso massivo de produtos químicos no solo e o desmatamento impactaram negativamente no nível de produção da pequena propriedade rural, sendo, os pequenos produtores vitimados pela modernização do setor (MARTINE, 1990, pp. 10-11).

A existência do modelo atual da AU representa-se de forma concomitante ao processo de produção no campo em todas as suas variáveis. O surgimento dos modelos das Hortas Urbanas atuais reflete a junção de processos sociais e políticos que acompanham a década de 1980. Estudos da Food and Agriculture Organization (FAO) (2012) apontam para a possibilidade da horticultura urbana e periurbana minimizar a carência alimentar em países em desenvolvimento.

O município de São José dos Campos, localizado entre as Serras da Mantiqueira e do Mar no estado de São Paulo, compõe a Bacia do Rio Paraíba do Sul. Pertencente a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), instituída em 2012, o município diferentemente, de diversos outros pertencentes à mesma região, não possui uma história econômica baseada majoritariamente em atividades agropecuárias.

Na Região, São José dos Campos se destaca por apresentar a maior concentração populacional e o maior PIB. Utilizando esta lógica, o município de São José dos Campos vem apresentando dados crescentes relacionados aos índices socioeconômicos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta o crescimento populacional, econômico e ambiental comparado a outros municípios da sua região geográfica imediata. O levantamento de tais dados somado ao planejamento e gestão urbana auxiliam a compreender a classificação de “Cidade Inteligente”, conquistada por São José dos Campos em 2022.

Na cidade de São José dos Campos verifica-se a existência de espaços urbanos utilizados para o cultivo de alimentos em locais de grande densidade urbana. Neste contexto, este artigo tem como objetivo apresentar uma breve contextualização teórica acerca da agricultura urbana e a partir disso discorrer sobre alguns elementos da implantação e desenvolvimento de uma horta urbana comunitária localizada no Bairro Jardim Satélite, na zona Sul da cidade.

BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA E SUA APROXIMAÇÃO AO OBJETO DE ESTUDO

Ao longo das últimas décadas a questão ambiental tornou-se o centro das discussões de teóricos. A começar dos fenômenos relativos ao processo de aquecimento global, os estudiosos se debruçam em pesquisas que vislumbram o desenvolvimento socioambiental sustentável. Há perspectivas de mudanças a partir da economia circular e verde que possam trabalhar de forma conjunta com o capital global. Países fazem investimentos massivos em áreas vitimadas pela crise climática buscando uma preservação do meio natural local, contrariando a própria lógica do sistema econômico vigente, que para se manter, utiliza-se exacerbadamente de recursos e matérias-primas destes mesmos ambientes.

No Brasil, estudos como o de Tavolaro (1999) e de Oliveira (2008) mostram que na segunda metade do século XX, surgem grupos de ambientalistas, formados por acadêmicos, políticos e empresários. No mesmo período, a partir das escolas e de propagandas veiculadas nos meios de comunicação começa a ser divulgada a necessidade e a importância da preservação do meio ambiente. Para Tavolaro (1999, p. 3), a mobilização social só se tornou possível graças a duas mudanças no formato da gestão pública, sendo a primeira baseada no “tratamento sistêmico dos problemas sociais” e a segunda na “redefinição da relação *Estado - Sociedade civil*”, a qual possibilita segundo o autor (1999, p. 3) a ampliação da atuação política, uma vez que ocorre o “reconhecimento de que, no mundo contemporâneo, a legitimidade de inúmeras medidas governamentais depende do sentimento de que sua concepção, implementação e gerenciamento são fruto do envolvimento ativo da população”.

Mesmo havendo uma conscientização ambiental, o capitalismo continua a explorar e desmatar a natureza, sem uma perspectiva de melhora a curto e longo prazo. Jatoba, Cidade e Vargas (2009) citam o caráter conciliatório da sustentabilidade dentro das políticas de desenvolvimento, gerando um ambientalismo moderado.

O desafio de concretização da retórica da sustentabilidade em ações efetivas faz com que o discurso da sustentabilidade adquira um tom mais conciliatório, buscando contornar resistências à sua aplicação nas políticas de desenvolvimento. Essa tendência abre espaço para o ambientalismo moderado (JATOBA; CIDADE; VARGAS, 2009, p. 19).

A ideia de projetos coletivos que conciliam a vontade de um pensamento contra hegemônico que auxilie a grande massa da população começa a se tornar cada vez mais real à medida que o neoliberalismo que prega, entre outros, o individualismo, passa a ser a ideologia dominante a partir da década de 1980. Soma-se a ausência do Estado em políticas públicas que anteriormente foram estritamente necessárias para a manutenção de um Estado participativo que garantisse as necessidades básicas, os direitos trabalhistas não apenas dos brasileiros, mas de toda a população do Sul Global.

Contrastando com este novo modelo de desenvolvimento econômico que foi responsável por desmontes de Estados de bem-estar social pelo mundo, a agricultura urbana se faz cada vez mais presente não apenas para combater a carência alimentar, mas, desenvolver ações sociais relacionadas aos modelos e tipos de agricultura e de preservação ambiental.

A AGRICULTURA URBANA COMO UM FENÔMENO GLOBAL

A prática da Agricultura Urbana (AU) permeia a década de 1980 e tem como o principal objetivo combater a carência alimentar em lugares que contam com pouco apoio do Estado. Estudos da Food and Agriculture Organization FAO (2012) apontam investimentos massivos de governos da África, Ásia e América do Sul em sistemas de irrigação de grandes cidades para a agricultura urbana. Órgãos como a FAO e a ONU (2022), levantam dados diretamente relacionados à insegurança alimentar no mundo. Em matéria intitulada “Relatório de agência da ONU aponta que 61,3 milhões de brasileiros sofrem com insegurança alimentar” elaborada por Pincer e divulgada em 13/07/2023 na página eletrônica do Senado Federal, consta:

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO, divulgou o relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2022. Os números para o Brasil foram coletados no período de 2019 a 2021 e revelam que 61,3 milhões de brasileiros enfrentam algum grau de insegurança alimentar (BRASIL, 2023)

Estudiosos de diversas áreas têm se dedicado a análises sobre o problema da fome no mundo, suas origens, seus impactos sociais e ambientais. Sodano (2012) chama atenção para a ineficiência natural do projeto neoliberal em combater o problema da fome no mundo. De acordo com a autora (2012, p. 377), às práticas neoliberais e o desmonte dos Estados Nacionais, observado principalmente pelas privatizações da cadeia produtiva de alimentos, promoveu a prática de commodities, bem como, o deslocamento para as cidades de pequenos produtores, portanto, da redução da produção da agricultura local e diversificada. Continuando a autora, ressalta sobre o desperdício de alimentos no mundo (2012):

O desperdício e a perda de alimentos, ou seja, alimentos que são descartados ou perdidos sem serem consumidos, representam anualmente 1,3 milhões de toneladas de alimentos, cerca de um terço da produção alimentar mundial (de acordo com uma estimativa de 2011)¹ (SODANO, 2012, p. 383).

No Brasil a agricultura urbana (AU) se manifesta em duas vertentes, sendo a primeira aquela em que o cultivo se dá no espaço residencial, privado, nos quintais das casas e a segunda nos espaços públicos em geral de modo comunitário. Nos dois modelos, o cultivo pode objetivar o consumo próprio familiar ou do grupo no caso da produção comunitária, porém, em alguns casos pode significar o complemento da renda, com a comercialização de excedentes.

¹ Tradução livre do autor: “Food waste and loss, i.e. food that is discarded or lost uneaten, annually account for 1.3 billion tons of food, about one third of the global food production (according to a 2011 estimate). (SODANO, 2012, p. 383).

Lemos, Andrade e Medeiros (2015) esclarecem sobre os impactos positivos da agricultura urbana frente aos problemas originados pela expansão urbana. Segundo os autores (2015),

A expansão urbana interfere profundamente na produção e no consumo de alimentos, de forma que a agricultura urbana pode ser vista como uma ferramenta para alcançar a autossuficiência e inibir a deficiência alimentar nas cidades. A agricultura urbana valoriza o conhecimento local para a promoção da igualdade e utiliza processos participativos e tecnologias a fim de promover gestão urbana, social e ambiental. O escopo global da agricultura urbana promove uma cidade produtiva e ecológica para a segurança alimentar e nutricional de sua população (LEMOS; ANDRADE; MEDEIROS, 2015, p. 63).

Feita em todos os tipos de lugares disponíveis dentro do eixo urbano, a AU ocorre de diversas formas. Segundo Costa e Coutinho (2012),

A agricultura urbana caracteriza-se como uma forma de autoprodução de folhosas comestíveis e medicinais, entre outras formas de vegetais, e animais, facilitadora do acesso a alimentos pela família e comunidade, cujo excedente pode ser comercializado localmente. Ocorre em diferentes locais, como por exemplo quintais, lajes de cobertura residencial, escolas públicas, terrenos vazios, ao longo de avenidas e faixas de domínio de redes de alta tensão. Revela-se como uma atividade produtiva e interativa que rebate a ideia predominante de que área urbana não-construída é sinônimo de área ociosa (COSTA; COUTINHO, 2012, p. 85).

Com a convergência de militância e práticas socioambientais na década de 1990, órgãos governamentais e ONGs foram aumentando suas influências em trabalhos de base e ações sociais com moradores e apoiando iniciativas populares utilizando-se do prisma de identidade cultural e fortalecimento do senso de comunidade e do trabalho coletivo, bem como, da memória coletiva. A esse respeito Costa e Coutinho (2012) dizem,

No processo de experimentação e assimilação da nova realidade — urbana — pelo imigrante, há uma dupla construção: do passado e do presente. O passado, ao ser visitado por intermédio da memória, resulta nunca composição entre elementos ajustados a partir do ponto de vista do tempo presente, de silêncios e de esquecimentos. As lembranças e os esquecimentos emergem de acordo com as adequações ao presente em relação ao qual se busca coerência. Esse presente, que se cria cotidianamente, é uma construção feita, também, a partir da interpretação do tempo passado. Nesse processo simultâneo, se constroem novos hábitos, valores e práticas. Aqui, o hábito está sendo compreendido como modos de ser e modos de viver que não se reduzem à repetição de um passado resgatado (COSTA; COUTINHO, 2012, p. 87).

Tal qual o apresentado neste tópico, no Brasil, a AU se realiza a partir de dois modelos: o das hortas comunitárias urbanas e o da produção nos quintais residenciais. Porém as hortas comunitárias podem ser burocráticas no sentido da sua implementação, pois precisam ter seu reconhecimento perante o poder público local. De acordo com Raineri e Zanirato (2021, p. 270) as hortas comunitárias geralmente são espaços mais largos, ligados diretamente ao solo que permitem

um acesso facilitado de outros indivíduos em seus arredores, além de possuírem independência do Mercado para sua produção. Os quintais, por sua vez, apresentam um aspecto minimalista e privado, no qual o plantio ocorre nos fundos e/ou nos arredores das residências. Nestes espaços em geral ocorre a produção de vegetais e legumes, e de plantas medicinais e temperos, atendendo assim a população mais carente (RAINERI; ZANIRATO, p. 272).

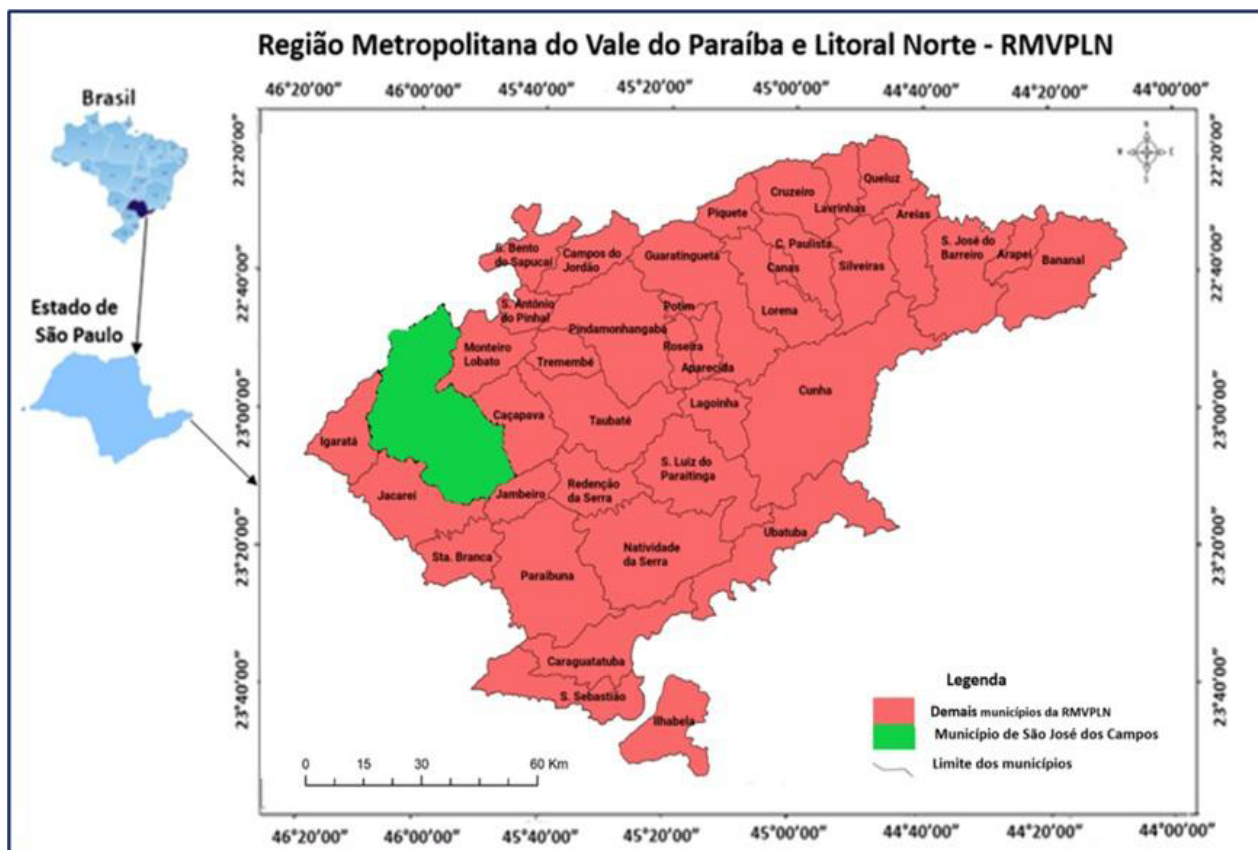
Estudo desenvolvido por Branco e Alcântara (2011) mostra que entre 1996 e 2010 foram publicados 186 trabalhos científicos sobre horticultura urbana e periurbana no Brasil. O estudo mostra o aumento do número de publicações sobre a temática, com destaque para o viés da Renda Direta (comercialização) com a publicação de 67 artigos e do viés da Renda Indireta (autoconsumo) abordado por 49 artigos. De acordo com as autoras, o cultivo de hortaliças em espaços urbanos contribui para aumentar o bem-estar da população. No entanto, Branco e Alcântara (2011, p. 426) ressaltam que “a avaliação das principais dificuldades encontradas nas hortas urbanas e periurbanas sugere que o sucesso desses projetos parece depender muito mais da organização comunitária e da decisão política de apoiá-los, do que propriamente da disponibilização de tecnologias”.

Continuando, Branco e Alcântara (2011) apontam para o benefício da criação de hortas comunitárias urbanas para o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento e de identidade dos participantes. A esse respeito, as autoras (p. 426) dizem ter encontrado em 16 dos trabalhos publicados informações sobre o “incremento de vínculos afetivos e solidários entre participantes e comunidades e melhoria da organização da comunidade”, enfatizando a questão de como a criação e funcionamento das hortas urbanas podem contribuir para o trabalho coletivo e o desenvolvimento do senso de comunidade entre os participantes.

ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

O município de São José dos Campos possui uma área de 1.099,6 km², sendo 128,94 km² de área urbana (IBGE, 2019) e 970,47 km² distribuídos em áreas rurais e de proteção ambiental. Desde 2012, o município integra a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), (**Figura 1**).

Figura 1 | São José dos Campos na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN)



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Em 2021 segundos dados do IBGE o PIB da cidade foi de R\$ 45 bilhões de reais. Do total de R\$ 38.827 bilhões do Valor Adicionado Bruto produzido em 2021, o maior volume (R\$ 19.457 bilhões) derivou das atividades do setor terciário, seguido pelo setor industrial cuja participação foi de R\$ 16.459 bilhões; pela administração pública cujo o total foi de R\$ 2.884 bilhões e pelo setor agropecuário cujo montante significativamente inferior aos demais setores foi de R\$ 25 milhões. Considerando o PIB de 2021 e a população estimada pelo IBGE para o mesmo ano de 737.310 habitantes verifica-se o PIB per capita de R\$ 61.315,88, valor que o coloca na 89ª posição no estado de São Paulo.

Com um salário médio mensal dos trabalhadores formais de 3,4 salários-mínimos (IBGE, 2021), o município ocupa a 67ª posição no país; a 18ª no estado de São Paulo e a 1ª posição entre os municípios da sub-região 1 (Jacareí, Monteiro Lobato, Igaratá, Santa Branca, Jambeiro, Paraibuna e Caçapava) da RMVPLN.

No século XVI como Aldeia São José do Parahyba, seu desenvolvimento econômico e urbano teve início na década de 1920, com a Fase Sanatorial, quando em razão das condições climáticas e da existência de serviços hospitalares, pessoas de diversas partes do país migraram para a cidade em busca de tratamento da tuberculose.

Na década de 1940, tem início a Fase Industrial. A localização da cidade, entre as duas principais cidades do país, Rio de Janeiro e São Paulo motivou a instalação dos primeiros estabelecimentos produtores da cidade, atraindo um grande fluxo de trabalhadores advindos de outras cidades da Região do Vale do Paraíba, bem como do sul do estado de Minas Gerais. (RAMOS, 2009. p. 47)

A inauguração da Rodovia Presidente Dutra em 1951 e de algumas das instalações do Centro Técnico Aeronáutico (CTA), inaugurado em 1953, desde 2009, denominado Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), permitiu que a instalação de indústrias multinacionais, o fluxo de tecnologias militares e estratégicas e a criação de Instituições de Ensino contribuíssem para a formação de um dos principais centros de produção tecnológica do país (OLIVEIRA, 2021, p. 18).

A urbanização crescente exigiu a construção de vias expressas de ligação intraurbanas como a Via Norte² que liga as Regiões Central e Norte da cidade; Via Oeste inaugurada em 2018, permitindo a ligação entre as Regiões Oeste e Central; Via Cambuí, inaugurada em 2020 que liga as Regiões Leste e Sudeste; a Linha Verde (2022), cujo trecho inaugurado permite a ligação entre as Regiões Sul e Central da cidade mais especificamente à Rodoviária Intermunicipal Frederico Ozanam.

Dada a expansão das atividades relacionadas à agricultura urbana, São José dos Campos conta com espaços em área urbana voltados à produção de alimentos, tais como hortas comunitárias em espaços públicos, hortas em unidades escolares, hortas em unidades básica de saúde, bem como, o que se denomina de quintal urbano.

2 Sobre o processo de construção da Via Norte e seus impactos sociais ver a Dissertação de Mestrado de Charles Lima defendida em 2011 no PPGPLUR – UNIVAP, intitulada “Memória e Planejamento Urbano - Vila Miguel Eras em São José dos Campos/SP: elementos do passado no presente”.

HORTA URBANA COMUNITÁRIA ANTÔNIO ALEIXO

Conhecida como a região mais populosa de São José dos Campos, a Região Sul concentra uma grande quantidade de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Seu processo de urbanização foi intensificado a partir da instalação de indústrias como a Alpargatas S.A em 1959, onde atualmente funciona um dos mais importantes centros comerciais da RMVPLN, o Vale Sul Shopping. A Região possui áreas para a prática de esportes e lazer como são os casos do Poliesportivo João do Pulo e da Área Verde Roberto Mineiro e do Centro da Juventude.

Localizada no bairro Jardim Satélite, na Rua Antônio Aleixo da Silva, encontra-se a horta urbana comunitária Antônio Aleixo. Parte das ocupações existentes na referida rua teve seu uso legalizado pela Prefeitura apenas em 2018. Nesse processo de legalização um trecho da Rua até então, sem uso, passou a ser reivindicado pelos moradores para a criação de uma horta comunitária. A área na qual a horta foi implantada possui 500,92 m² é cortada por um córrego que deságua no rio Vidoca (Figuras 2 e 3).

A horta é cercada e trancada na sua entrada para a rua (figura 4), tendo o acesso restrito aos seus participantes. Visitas ao local mostraram que, provavelmente, a cerca é uma forma de evitar furtos dos alimentos cultivados, uma vez que é grande o movimento pela rua.

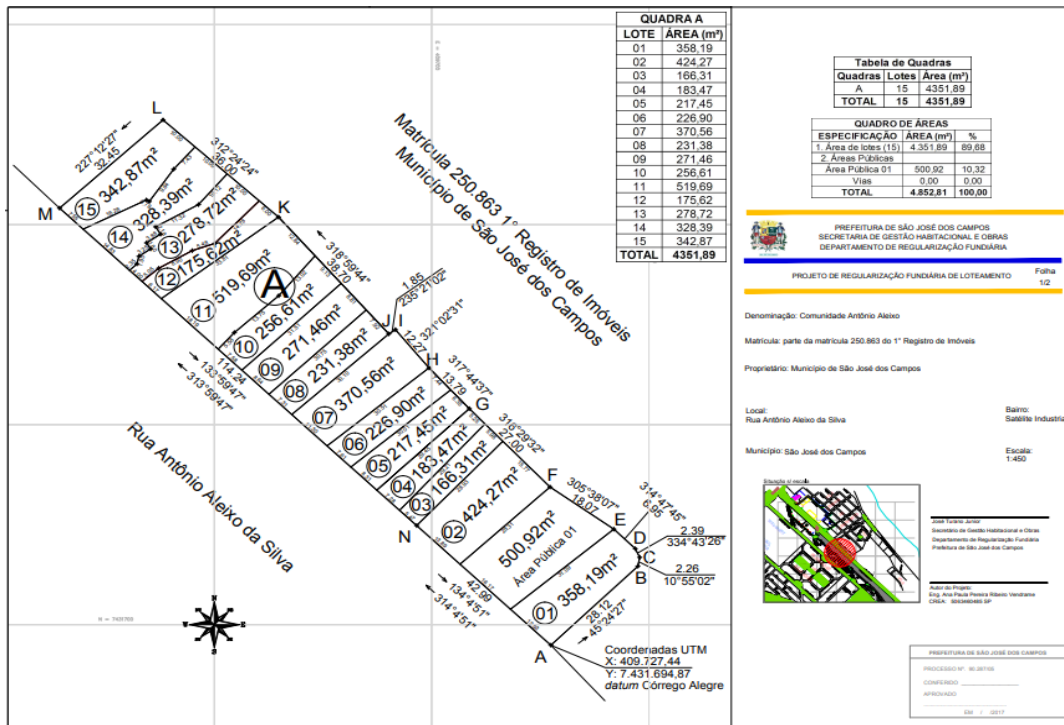
A organização e manutenção da horta é realizada por moradores membros da ONG AmeSatélite, que providencia trabalhos de cunho socioambiental com a população do bairro Jardim Satélite, entre outras ações de cobrança da melhoria das vias públicas e de ampliação de áreas para a agricultura urbana na zona sul da cidade.

Os trabalhos de plantio e manutenção da horta acontecem todos os sábados pela manhã. A área utilizada para o cultivo de vegetais diversos mostra um bom aproveitamento da área disponível como mostra a Figura 5.

O IVS do bairro Jardim Satélite é baixo se comparado a média da cidade de São José dos Campos. Neste sentido, considerando os IVS de 67 bairros verifica-se que a média do IVS do Bairro Jardim Satélite de (0,197) é considerada muito baixa. Com este Índice o Bairro, ocupa a 34ª posição entre os bairros considerados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2010.

Apesar do baixo IVS, o bairro Jardim Satélite é apenas um dos que compõem a Região Sul da cidade. Como as demais regiões da cidade, a Sul, não é homogênea no que se refere aos seus aspectos sociais, econômicos, bem como, quando consideradas as condições de infraestrutura urbana.

Figura 2 | Loteamento da Comunidade Antônio Aleixo e a Área Pública 01 (500,92m²) referente à Horta Urbana Comunitária



Fonte: PMSJC (2017)

Figura 3 | Córrego entre a Horta Antônio Aleixo e a Avenida Mário Covas



Fonte: Autor (2023).

Figura 4 | Cercamento da Horta Antônio Aleixo



Fonte: Autor (2023).

Figura 5 | Vista interna da Horta Antônio Aleixo



Fonte: Autor (2023).

Na horta são cultivadas uma variedade grande hortaliças, frutas e legumes, tais como: abóbora, alface, almeirão, diferentes tipos de banana, batata doce, beterraba, espinafre, couve, entre outros (Figura 6). A pesquisa mostrou que as espécies cultivadas são consumidas de forma espontânea, de acordo com as necessidades pessoais dos moradores da Rua. Ressalta-se que o cultivo ocorre graças às iniciativas e mutirões que a Organização “AmeSatélite” divulga em suas redes sociais.

Figura 6 | Espécies cultivadas na horta urbana comunitária Antônio Aleixo



Fonte: Autor (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Hortas Urbanas Comunitárias no município de São José dos Campos, que surgiram gradativamente a partir da década de 2010, representam um aspecto social relacionado diretamente aos aspectos econômicos, sociais e ambientais que vão além da complementação alimentar.

A interseccionalidade de pautas como o cultivo de alimentos orgânicos e livres de agrotóxicos e ambientalistas, como o combate ao desmatamento; o ensino de reciclagem e reaproveitamento de alimentos; o cultivo sustentável e a economia circular; o fortalecimento do senso de comunidade que permeia a cultura de um bairro ou vizinhança; o lazer e o contato entre pessoas que buscam a proximidade com a terra e o plantio em áreas urbanizadas e, conseqüentemente, o bem-estar físico e mental, são fatores que de modo geral contribuem para o surgimento de hortas urbanas comunitárias.

Partindo desta concepção, moradores de um bairro inspirados pelo conhecimento de outras experiências de hortas urbanas e muitas vezes em condições econômicas desfavoráveis e limitantes a uma alimentação saudável encontram na Agricultura Urbana uma alternativa para suprir esta necessidade.

A participação do poder público local em Programas que estimulem a criação de hortas urbanas comunitárias, que viabilizem espaços e infraestrutura urbana, principalmente, no que se refere a sistemas de irrigação e de acesso a esses locais, se faz necessário. Isso se revelou na concessão pelo poder público local do espaço utilizado para a horta urbana comunitária Antônio Aleixo, bem como, na criação em 2006 e implementação em 2016 do Programa Hortas Comunitárias nas Unidades de

Saúde de São José dos Campos, e do Programa Hortas Urbanas, criado em 2009, cujo objetivo foi de estimular a criação de hortas em quintais particulares e escolas municipais.

No entanto, a pesquisa mostrou que a participação da ONG AmeSatélite foi e continua sendo efetiva para a continuidade e manutenção da horta urbana comunitária em questão.

A partir de simples olhar pela cidade é possível observar a existência de vazios urbanos em diversas regiões. A esse exemplo destacam-se os espaços verdes sob as torres de energia elétrica localizados no sul da cidade (Figura 7). Apesar da possibilidade de uso desses espaços para hortas comunitárias, a pesquisa mostrou o exemplo da horta urbana comunitária criada na cidade de São Paulo pela ONG Cidade Sem Fome.

Figura 7 | Rua Koichi Matsumura no bairro Jardim América (Zona Sul)



Fonte: Google Earth (2023)

Não há dúvida sobre o poder do grande capital, frente ao processo de urbanização e de incorporação dos espaços privilegiados do ponto de vista de infraestrutura urbana, para o alcance de objetivos próprios, daí a importância de um poder público local, que atento às necessidades sociais, possa trabalhar no sentido de promover o acesso e uso de espaços ociosos em benefício da sociedade, promovendo, no caso das hortas, uma alimentação mais saudável e, conseqüentemente, maior desenvolvimento social.

Agradecimentos: À Universidade do Vale do Paraíba pela oportunidade de poder desenvolver a dissertação de Mestrado por meio do financiamento do primeiro ano de Curso e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ao conceder uma bolsa de estudo para os últimos 12 meses.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Maria Castelo; ALCÂNTARA, Flavia Alves de. **Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?** 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hb/a/BBhZ9hvsDdRCbwd9mQF87ZQ/?lang=pt#>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. **Relatório de agência da ONU aponta que 61,3 milhões de brasileiros sofrem com insegurança alimentar.** Radio Senado, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/07/13/relatorio-de-agencia-da-onu-aponta-que-61-3-milhoes-de-brasileiros-sofrem-com-inseguranca-alimentar>. Acesso em: 15 ago. 2023.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura urbana: prática espontânea, políticapública e transformação de saberes rurais na cidade.** Belo Horizonte: UFMG. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/download/13322/10554/35388> Acesso em: 20 nov. 2023.

FAO, Food Agriculture Organization. **Criar cidades mais verdes.** 2012. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i1610p/i1610p00.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

IBGE – CIDADES. São José dos Campos, 2023.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2021). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso: set.2024.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (PIB por Município – 2021) Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=3508504>. Acesso: set. 2024.

JATOBA, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. **Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território.** 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/CSrVxYphhYvHrgcZgRNF8WF/#>. Acesso em: 1 abr. 2023.

LEMOS, Natália da Silva; ANDRADE, Liza Maria da Souza de. de; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. **Desafios do planejamento urbano no Brasil e seus marcos legais sob a ótica da agricultura urbana.** Paranoá, Brasília, v. 14, n. 14, 2015. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n14.2015.16988. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/10902>. Acesso em: 19 jan. 2022.

LIMA, Charles. **Memória e Planejamento Urbano - Vila Miguel Eras em São José dos Campos/SP: elementos do passado no presente.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.univap.br/acervo/198773>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MARTINE, George. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?** Brasília: IPEA. 1990. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/wg3RJCWFytd5zJgbn8tVwS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, Márcia Regina de. **Implicações socioeconômicas e territoriais decorrentes da estruturação e reestruturação produtiva do completo aeroespacial na cidade de São José dos Campos e Região.** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.univap.br/acervo/226289>. Acesso em: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Gênese e Definição do Militantismo Ambientalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, Vol 51, n 93, p.751-777, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/L53xwqPcWBTgLN-7Ly7tkjNF/?lang=pt>. Acesso em: 4 mai. 2023.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Mapas de Loteamentos. 2017. Disponível em: https://servicos.sjc.sp.gov.br/Mapas_de_loteamentos/Arquivos/comunidade-antonio-aleixo.pdf. Acesso em: 1 set. 2023.

RAINERI, Guilherme Reis; ZANIRATO, Silvia Helena. **Comidas da horta e do mato**: plantas alimentícias em quintais urbanos no Vale do Paraíba. 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/185136/171343#content/citation_reference_20. Acesso em: 13 jun. 2023.

RAMOS, Waldecy Serafim. **Políticas de zoneamento e seus reflexos no urbano**: um estudo do bairro de Santana, São José dos Campos, entre (1920 e 1950). Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.univap.br/acervo/192876>. Acesso em: 3 abr. 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma nova globalização**. 31.ed. São Paulo: Record, 2020.

SODANO, Valeria. **Food policy beyond Neo-Liberalism**. Rijeka: InTech. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/224829022_Food_Policy_Beyond_Neo-Liberalism Acesso em: 20 nov. 2023.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. **A Questão Ambiental**: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/6GKG5ZMmtQvqh9kmjsTFkjg/#>. Acesso em: 25 fev. 2023.

